

# Brossard considera que Constituinte "encalhou"

Os trabalhos da Assembléia Constituinte estão "encalhados". A expressão foi usada pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao comentar o atual ritmo



dos trabalhos. Brossard esteve ontem no Palácio do Planalto, acompanhando os ministros do Judiciário, que foram cumprimentar o presidente Sarney pelo Natal.

Na entrevista concedida após a solenidade, o ministro da Justiça criticou também os métodos adotados pelos constituintes e esquivou-se ao ser indagado sobre a duração de mandato do presidente Sarney.

"Realmente" — disse o ministro —, "depois de 11 meses

de trabalhos, eu acho que se poderia dizer que a Constituinte encalhou. Os deputados, os parlamentares, os constituintes, têm trabalhado muito, mas acho também, e digo com toda franqueza, que os métodos adotados não foram os melhores. E tanto não foram os melhores que a esta altura, depois de longos 11 meses, a Assembléia está, os brasileiros, nós todos estamos paralisados por uma questão regimental. No meu modo de ver, este problema pode até ser fecundo, na medida em que ele evidencia que uma lei constitucional não pode ser obra de facção; não pode ser obra de grupo e há de ser obra de consenso, na mais ampla possibilidade".

Indagado sobre a dificuldade de se promover eleições presidenciais no próximo ano, em virtude do atraso nos trabalhos cons-

titucionais, o ministro respondeu: "Eu tenho a impressão de que o simples fato desta pergunta ser feita já contém uma resposta".

## Casuismo

Quando os repórteres insistiram na pergunta, querendo saber se o atraso da Constituinte pode beneficiar cinco anos para Sarney, o ministro disse que uma lei constitucional não pode ser casuística. Se a lei geral, mesmo a lei ordinária, não deve ser casuística, deve ser impessoal, com dobradas razões isto deve ser dito em relação à lei constitucional".

Ele se recusou também a falar da EBN (Empresa Brasileira de Notícias), dizendo apenas que "ela vai bem. Vai bem". Ao ser indagado se a empresa sairá do âmbito do Ministério da Justiça, respondeu: "O que interessa é que ela vai bem".



Após encontro com Sarney, o ministro criticou a Constituinte

## Sessão de hoje não se realiza, dizem líderes

A sessão de hoje, na qual se deveria concluir a apreciação do Regimento Interno da Constituinte, não terá quorum. Esta é a avaliação de lideranças partidárias e dos membros do "Centrão". O plenário ficará vazio, porque as lideranças do grupo conservador precisam de tempo para recolher assinaturas para suas emendas. Além disso, o PDT e o PT pedirão verificação de quorum, caso o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), decida aprovar a matéria por voto de Liderança.

O PT já avisou, desde a última quinta-feira, que não abrirá mão de defender suas emendas ao substitutivo da Mesa que altera o Regimento Interno da Constituinte. Essa posição será mantida hoje, segundo o deputado Paulo Delgado (MG), mesmo que Ulysses Guimarães decida pela votação por lideranças.

A votação por lideranças seria uma maneira de superar a falta de quorum. Mas, isso dificilmente

ocorrerá, já que os partidos pequenos podem requerer a verificação, o que é feito por chamada nominal de todos os constituintes. O quorum mínimo para se votar qualquer matéria na Constituinte é de 280 parlamentares no plenário. Essa estratégia, que é a obstrução da sessão, foi usada na quinta-feira.

## Previsão

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), também vai usar a mesma estratégia na sessão de hoje. Ele até abre mão de suas emendas. Mas se o "Centrão" conseguir aprovar o substitutivo por voto de liderança, pedirá verificação de quorum. Além disso Brandão pretende requerer a Ulysses Guimarães que desconte dia de todos os deputados que não estiverem na sessão. O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), encarregado de mobilizar o grupo conservador, acredita que a sessão não terá mais do que 150 parlamentares.

## Congresso terá reforço da PM

Para aumentar a segurança externa do Congresso Nacional e garantir a integridade física dos 559 constituintes, deverá ser firmado, amanhã, um convênio entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Assembléia Nacional Constituinte. A informação é do 2º vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), ao salientar que o "empréstimo" de 50 homens da PM/DF à Constituinte "é um fato inédito", mas suficiente para garantir o funcionamento normal e tranqüilo da Assembléia até o seu final.

A minuta do convênio, fica pronto hoje e deverá ser submetida primeiro a apreciação do presidente da Constituinte. Em seguida, Ulysses entrará em contato com o governador José Aparecido, marcando local e hora para a solenidade de assinatura do convênio. "Temos que acelerar o processo burocrático para garantir que a paz volte a reinar dentro da Constituinte", frisou Arbage.

Segundo disposições do convênio policiais cedidos pela

PM/DF ficarão subordinados ao diretor de segurança da Câmara, Fernando Panlucci, e realizarão serviços externos ao Congresso Nacional, principalmente na vigilância aos estacionamentos. Segundo Panlucci, os 60 seguranças da Câmara, que atualmente prestam serviços nos estacionamentos, serão remanejados para o interior do Congresso, totalizando aproximadamente 200 homens.

O corregedor Jorge Arbage foi enfático, ao avisar, que no reinício dos trabalhos da Constituinte, e aplicação das disposições contidas no ato n° 19, baixado pela Mesa, será "cumprida com muito mais rigidez". Entre elas, o respeito às áreas privativas (plenário, salão verde, azul e salas de comissões).

Para Arbage, o convênio "é o possível do que pode ser feito pela Mesa considerando as limitações do regimento interno". Segundo este, somente poderão ser convocadas "força pública ou polícia civil", deixando de fora a opção das instituições de alçada Federal, como a PF e o Exército.